

**20 a 22
Maio
2017**



CLIP PING

TJ
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

COLONIZAÇÃO DO SOLO ESPÍRITO-SANTENSE

Confira o que funciona no feriado do dia 23

◄ A Colonização do Solo Espírito-Santense é comemorada na próxima terça-feira, dia 23 de maio. O feriado geral-

mente abrange apenas Vila Velha. Este ano, no entanto, a Prefeitura de Vitória também aderiu à data. A decisão incluía

ainda um ponto facultativo na segunda-feira (22) que foi revogado após decisão do prefeito, Luciano Rezende.

Somente os shoppings de Vila Velha vão funcionar em horário especial durante o feriado. Já a Uniglória decretou ponto

facultativo e fica à escolha do lojista abrir o estabelecimento. Os supermercados de Vila Velha também vão abrir em horário espe-

cial, das 8h às 18h, na terça-feira. Confira abaixo o que vai abrir e o que não vai funcionar durante o feriado.

HORÁRIOS

REPARTIÇÕES PÚBLICAS

PREFEITURAS

▼ Vitória e Viana

Horário normal na segunda. Já na terça-feira, as prefeituras não abrirão.

▼ Cariacica e Serra

Funcionamento normal nos dois dias.

▼ Vila Velha

Ainda não foi definido se o órgão vai funcionar na segunda-feira. Na terça-feira, não haverá expediente.

GOVERNO DO ESTADO E ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A segunda-feira será normal e na terça-feira é ponto facultativo.

COMÉRCIO

SHOPPINGS

▼ Vitória, Jardins, Norte

Sul, Moxuara, Mestre Álvaro e Montserrat

Funcionamento normal nos dois dias.

▼ Shopping Vila Velha

Na segunda, expediente normal. No feriado, vão funcionar as lojas e quiosques (13h às 21h), além da praça de alimentação (10h às 22h).

▼ Shopping Boulevard

Na segunda, expediente normal. Na terça, a praça de alimentação abre das 11h às 22h.

▼ Shopping Praia da Costa

Na segunda-feira, expediente normal. Já na terça-feira, vão funcionar as lojas e quiosques (14h às 20h), além da praça de alimentação e lazer (11h às 23h).

SUPERMERCADOS

Horário normal na

segunda-feira. Na terça, as lojas que funcionam em Vila Velha vão funcionar das 8h às 18h. O Extrabom que funciona no Shopping Boulevard Vila Velha funcionará das 10h às 21h. O Carrefour do Shopping Vila Velha abre, terça, das 8h às 22h.

LOJAS DA GLÓRIA

As lojas do polo da Glória vão funcionar normalmente na segunda-feira. Na terça, será ponto facultativo e fica à escolha do lojista a abertura.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Segunda-feira com

horário normal. A terça será em regime de plantão, das 18h às 12h.

BANCOS

Na segunda-feira, o expediente nas agências será normal. Já na terça-feira, a Febraban informou que as agências bancárias não

abrem em feriados oficiais, sejam eles municipais, estaduais e federais. Já o Banestes informa que só as agências em Vila Velha, Viana e em alguns órgãos públicos não vão funcionar na terça. As demais abrem.

TJ derruba lei que impede taxa de serviço

O Tribunal de Justiça concedeu liminar e suspendeu lei promulgada pela Câmara da Serra que impede a cobrança de taxa de serviço em bares e restaurantes.

A Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes e Bares entrou com o pedido de liminar propondo a inconstitucionalidade e o TJ entendeu que a Câmara invadiu competência da União para legislar sobre leis trabalhistas.

Botão do Pânico é acionado pela 1ª vez no ano em Vitória

Chamado foi feito por mulher de 38 anos, após ex-marido ir até o prédio em que ela mora, em Jardim Camburi.

Agentes da Guarda Civil Municipal de Vitória atenderam, nesta sexta-feira (19), ao primeiro chamado de emergência do Botão do Pânico neste ano. O acionamento foi realizado por uma mulher de 38 anos em Jardim Camburi.

O chamado de emergência foi feito às 17h49, e os agentes chegaram ao local em 6 minutos. No local, encontraram o homem - ex-marido da vítima - no portão do prédio.

No mesmo instante, policiais militares também chegaram ao edifício, mas foram acionados pelo homem, que reclamou do direito de guarda dos filhos.

No entanto, como possui medida restritiva e não pode se aproximar da residência da vítima, ele foi detido pela Guarda e encaminhado ao plantão da Delegacia da Mulher, na Ilha de Santa Maria.

Botão do Pânico

O acionamento do Botão do Pânico, criado em 2013, é realizado diretamente para a Guarda Civil Municipal. Com o aparelho, as mulheres com medidas protetivas podem acionar o dispositivo toda vez que se sentirem ameaçadas pelo agressor.

Para evitar o toque acidental, a mulher deverá segurar o equipamento por três segundos até que o Botão do Pânico possa ser disparado para a Central de Videomonitoramento da Guarda 24 horas para receber as coordenadas do local onde o dispositivo foi acionado - por meio de GPS - e, prontamente, enviar a Patrulha Maria da Penha para realizar atendimento à vítima.

Além de receber a localização exata do dispositivo, enviada pelo GPS, a Central de Videomonitoramento iniciará a gravação do áudio ambiente, que será armazenado em um banco de dados à disposição da Justiça. Toda a conversa poderá ser utilizada como prova judicial contra o agressor. O projeto foi implantado a partir de parceria com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e o Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva (INTP).

Mais de 12 mil processos na Justiça

Dados do Tribunal de Justiça mostram ainda que 11.393 são casos referentes a pedidos por medicamentos e tratamentos médicos

A procura pela Justiça para conseguir ter acesso a leitos em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), medicamentos de alto custo, cirurgias, entre outros, é cada vez maior, tanto em planos de saúde quanto no Sistema Único de Saúde (SUS), segundo juizes que atuam na área.

De acordo com dados do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), são mais de 12 mil processos em tramitação relacionados à saúde. Segundo o órgão, o número de processos em tramitação com o assunto "planos de saúde" é de 1.250. Já quando se refere a tratamento "médico-hospitalar" e "fornecimento de medicamentos" são 11.393 processos.

No caso específico de demandas atendidas pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), no ano passado foram 10.555 demandas judi-

ciais, sendo 1.664 de medicamentos e 2.527 internações. A Sesa explicou que foram gastos R\$ 64,2 milhões com os atendimentos.

O juiz da Vara da Fazenda Pública Estadual de Cariacica, e um dos coordenadores do Comitê Estadual de Judicialização da Saúde no Estado, Paulo Cesar de Carvalho, afirmou que, apesar dos esforços judiciais e também da Sesa, o número de processos tem aumentado neste ano.

"Temos tentado buscar alternativas junto com a Sesa, Ministério Público, TJ-ES e Defensoria Pública, para minimizar esse impacto, buscando reduzir os processos que em tese são desnecessários e poderiam ser resolvidos sem entrar na Justiça, como o pedido de medicamentos que já são disponibilizados pelo Estado."

Ele frisou que os esforços são para criar mecanismos de mediação para evitar o processo.

"Nos casos em que é possível a resolução administrativa, ainda que com a intervenção do Judiciário, é feita, e isso facilita para todo mundo, é mais rápido. Agora, não sendo possível, não tendo solução amigável e verificando a necessidade, o processo judicial é aberto."



JUIZ Paulo Cesar: "Temos tentado buscar alternativas para reduzir os processos que, em tese, são desnecessários"

O juiz da 10ª Vara Cível de Vitória, Marcelo Pimentel, afirmou que as principais demandas são contra bancos e planos de saúde.

"As demandas são realmente necessárias. Recebo diariamente situações em que houve a negativa da operadora do plano na realização de procedimentos, seja exames cirurgias, colocação de prótese, de toda a natureza, até mesmo de determinadas consultas."

Para ele, a judicialização existe, porque os planos negam procedimentos indevidamente. "Eles negam procedimentos aleatoriamente e então o paciente não tem para onde ir e vai buscar ajuda na porta da Justiça."

SAIBA MAIS

NÚMERO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO COM O ASSUNTO PLANOS DE SAÚDE: 1.250 processos

NÚMERO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO COM OS ASSUNTOS:

Tratamento médico hospitalar	4.420
Fornecimento de medicamentos	3.712
Tratamento médico hospitalar e/ou fornecimento de medicamentos	3.261
Total de processos em tramitação no Tribunal de Justiça	12.643

NÚMERO DE PACIENTES QUE ENTRARAM COM PROCESSOS E TIVERAM SEUS PEDIDOS ATENDIDOS PELA SESA:

2015	7.960 demandas	2016	10.555 demandas
-------------	-----------------------	-------------	------------------------

Fonte: Sesa e TJ-ES.



LEONE KILIAS - 27/05/2017

GIULIANO VALLS explicou que um sistema que liga a Sesa e a Defensoria foi criado para reduzir a quantidade de processos e o tempo de resolução de demandas na área da saúde

Ação contra problemas

Para reduzir a quantidade de processos e o tempo de resolução de demandas na área da saúde, a Defensoria Pública Estadual criou um sistema que liga a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) e a Defensoria, resolvendo problemas antes mesmo de virarem processos.

O coordenador civil e defensor público do Estado, Giuliano Valls, explicou que o sistema se chama Procedimento Extrajudicial de Saúde (PES), e a expectativa é de que no próximo mês já esteja disponível para todo o Estado.

"O Judiciário é caro e nem sempre o cidadão vai ter o problema resolvido. Atualmente, o sistema está funcionando para demandas de medicamentos e vamos expandir para consultas, internações, leitos, cirurgias e exames."

O prazo mínimo e máximo para receber resposta da Sesa é de dois a 10 dias, mas esse número deverá ser reduzido em casos de urgência.

O sistema começou a funcionar como teste ano passado. "O defensor público abre o procedimento com informações do cidadão e encaminha via sistema, e a Sesa dá a resposta mais rapidamente."

Valls ressaltou que quando a demanda não tem solução, o profissional encaminha para a Justiça.

"A missão da Defensoria é atender a população, e um dos nossos princípios é priorizar a extrajudicialização. Não somos balcão do SUS. Também não somos médicos, mas se o paciente tem laudos médicos, já tentou de outras formas ou se verificamos que o quadro é urgente, entramos na Justiça."

Advogados alertam para direitos dos pacientes

Os pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos planos de saúde têm inúmeros direitos garantidos pela legislação em vigor e entendimentos da Justiça, além de resoluções de órgãos fiscalizadores. Porém, nem sempre a população consegue se valer de seus direitos.

Advogados explicam que é importante unir provas, como laudos e receitas médicas, além de contratos, notas fiscais e negativas por parte dos planos de saúde.

O advogado Fabricio Sicchierolli Posocco, do escritório Posocco & Associados Advogados e Consultores, citou que o paciente do SUS tem direito a acompanhantes em internações hospitalares em caso

de idosos e menores de 18 anos.

"Outro direito é a utilização do Sistema de Tratamento home care, ou seja, internação em sua própria residência com cuidado multiprofissional, quando há indicação médica. Se for negado, pode-se buscar a Justiça."

O advogado Leandro Lopes, sócio do Pascoal Lopes Advogados, citou alguns direitos dos usuários de plano de saúde.

"Caso haja negativa de cobertura de exames e procedimentos por parte do plano, ainda que prevista em contrato, tal cláusula é nula e abusiva. Vale lembrar também que as consultas de retorno não podem ser cobradas pelos médicos."



INVAS/OA/IO

FABRICIO POSOCCO diz que paciente do SUS que for idoso ou menor de 18 anos tem direito a acompanhante em internações hospitalares

Crise faz 24 mil usuários cancelarem contratos

Mais de 24 mil usuários deixaram os planos de saúde no ano passado, no Espírito Santo. Segundo as operadoras, a redução se deve à crise financeira, com demissões em empresas e cortes de gastos familiares.

De acordo com a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), entre janeiro e dezembro de 2016, os planos de saúde perderam 1,4 milhões de beneficiários no País, finalizando o ano com 47.740.783 clientes.

No Estado, no mesmo período, foram registrados 24.648 usuários a menos. Segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em janeiro de 2017, os planos de saúde perderam mais 206 mil beneficiários, chegando à marca de 47.534.130 usuários. Após esta queda, porém, as operadoras registraram ligeiro crescimento e, atualmente, contam com 47.606.341 beneficiários.

O órgão disse que dados de abril deste ano contabilizam 1.094.183 beneficiários no Estado. E em abril de 2016, o número era de 1.115.075. Ou seja, 20.892 pessoas deixaram de ter plano nesse período.

VIOLÊNCIA NO ESTADO

“Resultado deste ano é decepcionante”

O secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, classificou o número de assassinatos de mulheres no Estado, nos primeiros quatro meses deste ano, como “decepcionante”. Entretanto, ressaltou que os dados se mantiveram próximos aos registrados nos anos anteriores a 2016.

A TRIBUNA - Como o senhor vê o aumento das mortes de mulheres de 2016 para 2017?

ANDRÉ GARCIA - Estamos avaliando os números desde o início do ano. No ano passado tivemos realmente um resultado, se comparado aos anos anteriores, que nos levou a ter uma taxa de homicídios de mulheres muito próxima à média nacional.

O resultado deste ano é um resultado que podemos até classificar como decepcionante, mas não foge muito à média dos últimos anos.

> Esse dado preocupa?

Tivemos uma situação muito atípica no mês de fevereiro, que todo mundo acompanhou. Se tirarmos esse mês, o comportamento do ano é muito semelhante ao dos últimos anos, em que tivemos uma redução por sete anos consecutivos das taxas de homicídios no Estado. Achar que um cenário, como o que vivemos um mês quase inteiro, não repercutiria na taxa seria descabido.

> O que representa a principal motivação ser o tráfico?

Isso aponta uma tendência que não era normal, pois estávamos observando nos últimos anos uma maior presença de casos de femi-

“Alguns homens ainda se acham donos das mulheres e não suportam que a iniciativa do rompimento venha delas”



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA/DIVULGAÇÃO

ANDRÉ GARCIA diz que a preocupação é evitar que os crimes aconteçam

nicídios.

> Como o machismo influencia na violência doméstica?

Alguns homens ainda se acham donos das mulheres e não suportam que a iniciativa para o rompimento de uma relação, venha delas ou que as mulheres tenham sua própria autonomia financeira. Isso gera repercussões na relação do casal e, geralmente, resulta em casos de violência doméstica e nos casos mais agudos, em feminicídios.

> O que tem sido feito para reduzir esses dados?

Ações de prevenção ao homicídio de mulheres estão em curso, como a Patrulha Maria da Penha, que está sendo institucionalizada pela Polícia Militar. A Polícia Civil vem fazendo as oficinas do projeto “Homem que é Homem”, com agressores para evitar que essas ocorrências resultem em homicídios de mulheres.

A nossa preocupação hoje de fato é, além da investigação dos crimes, evitar que os crimes aconteçam, por isso, o esforço vem sendo feito pelas polícias e pelo governo do Estado.

LINHARES

Justiça bloqueia bens de médicos investigados

Medida atinge quatro profissionais flagrados batendo ponto e indo embora de hospital

◀ A Justiça determinou a indisponibilidade dos bens de quatro médicos do Hospital Geral de Linhares (HGL) denunciados pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) por descumprimento da carga horária. A decisão foi a partir de Ação Civil Pública (ACP) por ato de improbidade administrativa ajuizada por meio da Promotoria de Justiça Cível de Linhares.

O MPES requereu liminarmente a indisponibilidade para garantir o ressarcimento integral do dano aos cofres públicos. A ação também requer que, ao final do processo, as remunerações e gratificações recebidas pelos médicos, além de multa, sejam destinadas às entidades



Hospital de Linhares, onde saída de médicos foi flagrada

públicas lesadas, o Município de Linhares e o Estado do Espírito Santo.

INVESTIGAÇÃO

Imagens feitas ano passado mostram os profissionais chegando ao trabalho, batendo o ponto e indo embora.

A situação foi denunciada, com exclusividade, pela TV Gazeta, em matéria produzida pelo repórter Mário Bonella, e pela produtora Esther Radaelli.

Após receber uma denúncia de que os médicos do HGL não cumpriam a carga horária, o Ministério

Público Estadual pediu ajuda à polícia para investigá-los. Ano passado, durante dez dias, policiais à paisana ficaram na frente e dentro do hospital, e monitoraram a chegada e a saída dos médicos, e o cartão de ponto deles.

Durante a apuração dos fatos, pelo menos 29 médicos foram flagrados descumprindo a carga horária pelo monitoramento realizado por policiais do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPES. Desses 29 profissionais flagrados, quatro foram processados pelo MPES em uma Ação Civil Pública (ACP) por ato de improbidade em razão dos prejuízos causados aos cofres públicos e aos serviços prestados ao Município. Os casos dos demais 25 médicos, no entanto, serão analisado de acordo com suas peculiaridades.

REGIÃO METROPOLITANA

Patrulha Escolar em 159 instituições

Serviço será reforçado e vai atender 122 mil estudantes em sete municípios

◀ O atendimento da Patrulha Escolar será reforçado e passará a contemplar 159 escolas dos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Fundão e Guarapari, beneficiando mais de 122 mil estudantes.

Os profissionais que atuam na Patrulha são policiais militares que realizam patrulhamento preventivo das unidades da rede estadual de ensino.

A ampliação será possível após a assinatura, ontem de um termo de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, por meio da Polícia Militar.

O novo quadro da Patrulha Escolar será composto por aproximadamente 40 policiais militares. Além disso, 12 viaturas serão disponibilizadas para que os policiais possam realizar as visitas.

Com a renovação, serão disponibilizados três pedagogos, para compor a equipe.



Viatura da Patrulha Escolar que atua no Estado

PEDRO DUTRA/SECOM



TANIA BIT, Ricardo Oliveira e Inês Thomé durante a vistoria no local

Começam as obras do pronto-socorro do Infantil

As obras de transferência do pronto-socorro do Hospital Infantil de Vitória para o Hospital da Polícia Militar (HPM) já começaram. E ontem foram acompanhadas pela promotora do Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES), Inês Thomé.

A visita também teve a participação da assistente social do Hospital Infantil, Tania Bit, e do secretário de Estado da Saúde, Ricardo Oliveira.

De acordo com a promotora, a visita foi para avaliar a viabilidade de entrega da obra até julho, prazo acordado em audiência na Va-

ra da Fazenda Pública na última quinta-feira, com a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) e a Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES).

"A gente acredita que vai ser possível a entrega da obra no prazo estabelecido. Esse é um problema que precisa se resolver com urgência", destacou Inês.

Segundo a Sesa, o novo espaço terá 888,32m² e contará com seis consultórios, sendo dois de ortopedia e quatro de pediatria geral. Possuirá 111 leitos, sendo 22 para atendimentos de emergência, oito de tratamento intensivo, seis

de cuidado semi-intensivo e 75 de enfermagem.

Além do pronto-socorro, a ala de oncologia pediátrica também será transferida para o HPM. No entanto, de acordo com a promotora, ainda não há uma data, mas deve acontecer em até seis meses, de acordo com o que foi firmado na audiência.

O presidente do conselho administrativo da Acacci, Robson Mello, ressaltou a importância da ampliação do setor de oncologia infantil. "A notícia nos traz otimismo e expectativa em relação a esta causa", falou.

Vitória quer revogar mil leis sem utilidade

A Comissão de Desburocratização da Câmara de Vitória lançou uma campanha para revogar cerca de mil das 9 mil leis municipais existentes. O projeto de faxina já foi protocolado no Legislativo e inicialmente prevê a extinção de 10 leis consideradas burocráticas e/ou sem eficácia. Uma dessas preciosidades é a lei de 2013 que institui o Dia Municipal de Higienização das Mãos. A norma, segundo vereadores da comissão, não tem nenhuma utilidade ou retorno para a sociedade.

Quase piada

Tem lei para todos os gostos, segundo o presidente da comissão, Mazinho dos Anjos (PSD). A que institui o Dia do Vizinho (de 2015), a do Dia Municipal do Supermercado e a que concede isenção às crianças de até 5 anos na utilização do transporte público municipal urbano. Inútil, porque a isenção já está prevista na Lei Orgânica do Município.

Pagos para quê?

E fica a dúvida: como os legisladores e suas assessorias jurídicas permitiram a aprovação dessas aberrações?

Bem na foto

O coronel Nylton Rodrigues está surfando a onda da popularidade. O comandante-geral da PM tem sido parado até na rua por eleitores (perdão, populares) para tirar fotos.

A vaga é dele

Não é só o coronel. Ponta de lança do governo do Estado durante a greve da PM, o secretário dos Direitos Humanos, Júlio Pompeu, caiu nas graças do PDT, legenda que sonha em vê-lo candidato a deputado estadual em 2018.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Leonel XimenesA
e
C
p

Ação na Justiça

O prefeito de Pancas, Dr. Sidiclei Giles (PDT), vai responder a uma ação penal no Tribunal de Justiça, por tentativa de compra de votos da eleição da mesa diretora da câmara, em 2010, quando ele ainda não era prefeito. A denúncia foi feita em 2012. Ele é acusado de jogar uma maleta com R\$ 25 mil dentro do carro de um vereador, para tentar suborná-lo.

O foro

O parlamentar foi direto para a delegacia e prestou queixa contra Dr. Sidiclei. Agora o prefeito responde com foro privilegiado no TJ, apesar de o caso dele ser anterior à sua imunidade.

Mural para homenagear vítima de violência no Estado

Rayza Fontes

Em 1973, aos 8 anos, Araceli foi raptada, drogada, estuprada, morta e carbonizada, no Espírito Santo. O corpo foi deixado desfigurado e em avançado estado de decomposição próximo a uma mata, em Vitória, dias depois de desaparecer.

A data da morte da menina, 18 de maio, foi eleita para representar o Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Para homenageá-la, os grafiteiros Fel, Nico, Fagundes, Chic, Iran, Maik e Art vão criar um mural no viaduto no final da praia de Camburi. O local, segundo o secretário de Gestão, Planejamento e Comu-

nicação de Vitória, Fabrício Gandini, será um memorial, com um jardim planejado e futuras ações que não deixem a data cair no esquecimento.

“Na segunda (amanhã) os grafi-

teiros já vão começar a trabalhar em uma imagem representativa da Araceli. A inauguração deve acontecer dia 27. É uma forma de não esquecer a luta de combate à violência infantil”, disse o secretário.

ANTÔNIO MOREIRA/AT



GANDINI (de camisa social) e os grafiteiros que vão colorir o viaduto de Camburi com homenagem a Araceli

OPERAÇÃO LAVA JATO



DIVULGAÇÃO, EDSON CHAGAS, MOREIRA MARIZ/AG. SENADO E MARCOS OLIVEIRA/AG. SENADO



Evair de Melo e Marcus Vicente defendem que solução deve vir com julgamento no TSE; Magno Malta quer renúncia de Temer; e Ricardo Ferraço fala de apoio incerto

CAPIXABAS VEEM SAÍDA NO JULGAMENTO DA CHAPA

Parlamentares divergem quanto a eleições diretas ou indiretas

de RAFAEL SILVA
rfreitas@redegazeta.com.br

A divulgação dos áudios da conversa entre o dono da JBS, Joesley Batista, e o presidente Michel Temer (PMDB) aumentaram ainda mais a temperatura no meio político em Brasília. Integrantes da bancada capixaba no Congresso avaliam que a melhor saída para a crise no poder é o julgamento da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), marcado para o dia 6 de junho.

Segundo o deputado federal Evair de Melo (PV), a sensação entre os parlamentares é de que estão "órfãos de presidente". Ele afirma que a base aliada de Temer está desmoronando.

"Estamos órfãos de presidente, angustiados. Quem pode contribuir para o Brasil é o TSE. Temos informações de que os votos dos ministros já estão prontos e que o julgamento pode ser antecipado", afirma.

O deputado Carlos Manato (SDD) acredita que a governabilidade de Temer acabou e pontua que mais partidos deverão deixar a base aliada do peemedebista. Ele ainda diz ser favorável à PEC que possibilita as eleições diretas, mas ressalta que para este momento o melhor seria eleições pelo Congresso.

"Temos que tomar cuidado porque há um interesse de aprovar a PEC para que Lula seja eleito, bar-

O QUE ELES DIZEM



"Em relação ao possível novo presidente, acredito que a Câmara é quem deva escolher. Sou a favor da PEC, mas não para este momento"

CARLOS MANATO
(SDD) DEPUTADO FEDERAL



"Não podemos analisar reformas com a gravidade dessas denúncias. É hora de eleições diretas, para o povo escolher o próximo presidente"

HELDER SALOMÃO
(PT) DEPUTADO FEDERAL

rando a Lava Jato que está investigando ele também", avalia.

O deputado Marcus Vicente (PP) reforça que é preciso ter cautela sobre mudanças na Constituição. Ele defende que os áudios devem acelerar o processo no TSE da chapa que elegeu Dilma e Temer e que a Câmara deve se concentrar em não deixar que a atividade parlamentar fique parada.

O senador Magno Malta (PR) pede a renúncia imediata de Temer e afirma que o país não aguentaria "sangrar" mais um ano num novo processo de impeachment.

O senador Ricardo Ferraço (PSDB) também reconhece a baixa chance de Te-

mer sobreviver, mas não responde se defende eleições ou a saída do partido do ministério. "Acho muito difícil o governo se sustentar de pé, muito difícil. Temer tem inúmeras dificuldades de relacionamento com a sociedade e o apoio parlamentar tornou-se incerto."

Os deputados petistas defendem eleições diretas. Para Givaldo Vieira (PT), o país corre o risco de que seja eleito um novo chefe de Estado que não tenha sustentação no futuro. "Queremos a aprovação da PEC e que a população vá às urnas rapidamente para escolher quem vai comandar o país."

"É hora de eleições diretas, para o povo escolher o próximo presidente", diz Helder Salomão (PT).

OAB-ES quer afastamento de Temer

A Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Espírito Santo (OAB-ES) quer o afastamento do presidente Michel Temer (PMDB) e a realização de novas eleições "nos termos da Constituição", ou seja, de forma indireta, pelo Congresso Nacional.

De acordo com o presidente da OAB-ES, Homero Mafra, a posição foi de-

finida em reunião na tarde de ontem e será defendida no Conselho Federal da Ordem, hoje.

A destituição de Temer poderia se dar, ainda segundo o advogado, por meio de um processo de impeachment ou da cassação da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "Afirmamos que o Temer não tem a menor condição

de continuar à frente do país. É quase um consenso na OAB em todo o país. Sobre eleição direta ou indireta haverá discussão, mas quanto ao afastamento não há dúvida", avalia Mafra.

"O presidente da República tem que ter comportamento ético. Como o presidente mantém esse tipo de conversa?", questiona o advogado, em referência ao

diálogo entre Temer e o empresário Joesley Batista, investigado em diversas frentes e que acabou por delatar o peemedebista. A reunião do Conselho Federal da OAB está marcada para as 14h de hoje. "Não é a ação de partidos políticos de oposição, é a ação de uma organização respeitada da sociedade civil", destaca o presidente da OAB-ES.



Homero estará em reunião do Conselho Federal da OAB

TONICO/ALES - 17/04/2016

OPERAÇÃO LAVA JATO



ANÁLISE

Mudança na Constituição

Para a eleição direta o Congresso precisa aprovar emenda constitucional, que não é o caminho jurídico normal no momento, mas uma construção política que está sendo cogitada para solucionar a instabilidade em que vivemos no país. O texto da emenda estabelecerá, por exemplo, se o presidente elei-

to seria só para o restante do mandato ou se seriam criadas novas datas para as eleições presidenciais seguintes. A Constituição já estabelece como consequência o procedimento de eleição indireta, mas ela é omissa e ultrapassada em vários pontos. Seria uma situação totalmente nova. O Supremo teria que



ver a questão de descompatibilização, definir prazo de registro de candidatura, outros.

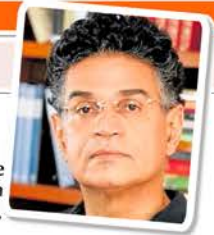
—
RODRIGO LISBOA
ADVOGADO ELEITORAL

ANÁLISE

Sem ninguém apto para o cargo

Um país em crise e que não tem tradição republicana como o nosso tudo é possível. Diversos arranjos políticos podem ser feitos, não observando a Constituição, mas casuísticos, adaptados ao momento. O cenário mais conservador do ponto de vista constitucional, é o Temer renunciar ou ser cassado

no dia seis de junho (julgamento da chapa Dilma-Temer) e assim se aderir a linha sucessória presidentes, da Câmara, do Senado, e do Supremo. Na Câmara, o Rodrigo Maia (DEM) é corrupto, no Senado, o Eunício de Oliveira (PMDB) é outro envolvido nestas situações, a rigor não teria ninguém



apto a exercer o comando da nação, ficando para o STF conduzir as novas eleições.

—
CALEB SALOMÃO PEREIRA
ADVOGADO CONSTITUCIONALISTA

SUCESSÃO EM JOGO

Juristas divergem sobre modelo da votação, direta ou indireta

▲ **KLEBER AMORIM**
kamoreira@redgazeta.com.br

As denúncias divulgadas na última quarta-feira, dando conta que o presidente Michel Temer (PMDB) teria dado "anuência" para comprar o silêncio do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), poderá resultar em sua saída do Planalto. Porém, o método correto para a escolha do novo mandatário que irá substituir o peemedebista, caso isso ocorra antes das eleições gerais de 2018, vem rendendo debate entre juristas.

A discussão principal é se devem ser eleições diretas ou indiretas. Em caso de renúncia ou impeachment de Temer, eleições indiretas deverão ser convocadas pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), o primeiro na linha de substituição, e que ficará 45 dias no posto.

O demista é seguido pelo

HAJA TEMPO...

7 de outubro

Em 2018, esta será a data das eleições gerais - para presidente da República, senadores, deputados e governadores.

presidente do Senado, Eunício de Oliveira (PMDB), e pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lucia. Porém, a apêndice é no que tange a possível cassação da chapa Dilma-Temer. O julgamento será retomado no próximo dia 6 de junho pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Existem duas teses: uma diz que também seja convocada eleição indireta em caso de cassação; outra, avalia que a minir-



MARCELO CAMARGO/ABR

Regras para eleições diretas estão em discussão devido à crise política nacional

reforma eleitoral de 2015 determina a convocação de eleição indireta só se a queda do mandatário ocorrer a menos de seis meses do fim do mandato. No caso de Temer, seria um prazo maior, cabendo

a eleição direta.

O QUE DIZEM

O doutor em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) Mamede Said Maia Filho é um dos que defendem as eleições diretas. O

professor inclusive cita o Amazonas, onde no início do mês o governador José Melo (Pros) teve mandato cassado pelo TSE. Ele foi condenado por compra de votos nas eleições de 2014. O tribunal decidiu tam-

bém que a eleição do novo governador seja realizada ainda no primeiro semestre. "O meu raciocínio é como o que aconteceu no Amazonas, quando o TSE decidiu convocar novas eleições. A cassação da chapa Dilma-Temer abre essa possibilidade conforme a reforma de 2015. A eleição direta seria a melhor saída pelo profundo descrédito nas instituições. Precisamos de um novo governo que emergja das urnas, da vontade popular", defende.

Já o também doutor em Direito e professor da FDV, Anderson Santana Pedra, avalia que a reforma eleitoral não se sobrepõe ao que diz a Constituição.

"Entre o que diz a minirreforma eleitoral e a Constituição, vai prevalecer a norma constitucional, que diz que no caso de vacância dos cargos, deve ocorrer a eleição indireta".

ANÁLISE

Precisamos de um banho de democracia

Alguém de boa fé acredita que esse Congresso tem a capacidade necessária para apontar saídas para o imbróglio em que estamos mergulhados, indicando um sucessor para Temer, venha ele a partir de renúncia, da cassação da chapa ou de um processo de impeachment? Em situações de crise como essa, só elei-

ções diretas serão capazes de desanuviar o ambiente tóxico que vive o país. O que as instituições precisam é de um banho de democracia capaz de restaurar a credibilidade e legitimidade que são essenciais para a sobrevivência do regime político e do sistema representativo, hoje ameaçados pela revelação dos



métodos espúrios que pautaram, por tanto tempo, o modus operandi dos homens públicos.

—
MAMEDE SAID MAIA FILHO
DOCTOR EM DIREITO DA UNB

ANÁLISE

Eleição direta seria questionável

Entre o que diz a minirreforma eleitoral feita em 2015, que prevê a convocação de eleições diretas, e a Constituição, vai prevalecer a norma constitucional, que diz que no caso de vacância dos cargos, deve ocorrer a eleição indireta. Só se tivesse ocorrido antes, dentro dos dois primeiros anos do mandato, aí

a eleição deveria ser direta. Na atual conjuntura se discute a alteração constitucional para permitir a eleição direta. Sua convocação daria maior legitimidade, até porque o Congresso está com a credibilidade em baixa, mas, mesmo assim, poderia se questionar inconstitucionalidade essa alteração, já que a



Constituição traz que alteração de regra eleitoral deve ocorrer em período de um ano da eleição.

—
ANDERSON SANTANA PEDRA
DOCTOR EM DIREITO

CRISE POLÍTICA

Fatos podem influenciar o TSE

Uma decisão judicial não pode desconsiderar as consequências sociais que ela gera. Esse é o entendimento de juristas capixabas ouvidos por **A Tribuna** sobre o impacto das novas delações, envolvendo diretamente o presidente Michel Temer (PMDB), no processo de cassação da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para o especialista em Direito Constitucional e professor de Direito, Adriano Sant'anna Pedra, "há sim o cálculo da repercussão social como elemento influenciador do julgamento".

O advogado especialista em Direito Eleitoral Ludgero Liberato concorda. "As decisões de Cortes superiores, muitas vezes, têm uma análise não puramente jurídica, mas também de impactos sociais. Se considerarmos que essa agora pode ser uma solução que acelere um processo de estabilização nacional, ela se torna mais provável".

Também da área eleitoral, o advogado Marcelo Nunes lembra que alguns ministros do TSE já tinham manifestado publicamente a preocupação em dar segurança jurídica ao País com o julgamento da cassação da chapa.

"Havia uma possibilidade de dividir o julgamento e ver as condutas do titular da chapa e do vice. A justificativa seria a estabilidade

política. O ministro (Luiz) Fux mesmo falou publicamente sobre isso", disse Marcelo Nunes.

Para o advogado, se nas próximas semanas houver maior instabilidade no campo da economia e o crescimento da insatisfação popular contra o governo de Temer, isso pode influenciar os ministros do TSE a cassarem a chapa Dilma-Temer para buscar a estabilidade política.

Especialista em Direito Constitucional, o advogado Luiz Otávio Coelho afirma que os conceitos de Direito e Justiça são frutos dos conceitos sociais. Por isso, o momento político deve influenciar no resultado do processo.

"A tese da divisão de contas de Dilma e Temer já era um pouco frágil, a chapa é responsável pelas contas, mas essa era uma tese que talvez tivesse sucesso em razão do discurso de estabilidade política. Agora, com essa nova situação, o resultado pode ser o contrário", explica Luiz Otávio Coelho.

Apesar de dizerem que, na hipótese da chapa ser cassada, ainda cabe recurso, os juristas concordam que esse é o meio mais rápido para a saída do Presidente, já que Temer disse que não renunciará ao cargo. O rito do impeachment se prolongaria por meses no Congresso Nacional e uma condenação criminal pelo Judiciário não terminaria antes do fim de 2018.



LUIZ OTÁVIO COELHO diz que momento político pode influenciar processo

Juiz eleitoral discorda e diz que não haverá influência

Juiz eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) na vaga destinada a juristas, Rodrigo Júdice não concorda que outros fatores sociais além dos autos possam influenciar no processo de cassação da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"O grande problema do Brasil hoje é a politização da Justiça e a judicialização da política. O magistrado deve se limitar a julgar um processo com base nas provas apresentadas nos autos", afirma.

Júdice alerta que o julgamento com base em impressões e considerando elementos que estão fora do que consta nos autos abre precedente para que outros casos também sejam julgados dessa forma. "Hoje é o caso de Temer, amanhã pode ser qualquer cidadão", afirma o juiz eleitoral.



JÚDICE: politização da Justiça

Chefes de Poderes dizem apoiar a Lava Jato

Erick Musso afirmou que o Brasil vive um dos momentos mais sérios de sua história política, mergulhado em uma crise de desconfiança sem precedentes

Os chefes do Executivo e do Legislativo do Espírito Santo declararam apoio às investigações envolvendo o presidente Michel Temer (PMDB). Contudo, tanto o governador em exercício, César Colnago (PSDB), quanto o presidente da Assembleia Legislativa, Erick Musso (PMDB), evitaram dar entrevista e se manifestaram por meio de nota.

Colnago disse que “defende a apuração de todos os fatos, independentemente dos partidos que estiverem envolvidos nas denúncias”. Ele não comentou as acusações feitas ao correligionário, senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Já Erick Musso afirmou que o Brasil vive um dos momentos mais sérios de sua história política, mergulhado em uma crise de desconfiança sem precedentes. “Passar o país a limpo é uma das grandes missões dessa nova geração. Defendo todas as investigações da Lava Jato e o trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público na mesma medida em que defendo o direito à ampla defesa dos investigados, sejam eles políticos ou cidadãos comuns”, disse.

O presidente do Tribunal de Justiça (TJES), Annibal de Rezende Lima, preferiu não comentar.

CRISE POLÍTICA

OAB faz pedido de afastamento

A seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) decidiu por unanimidade ontem encaminhar ao Conselho Federal da entidade um pedido de afastamento do presidente da República, Michel Temer (PMDB), e posterior realização de eleições indiretas, como observado no artigo 81, parágrafo 1º, da Constituição Federal.

Segundo a assessoria da OAB-ES, o presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia, convocou para hoje uma sessão extraordinária do Conselho Pleno. O presidente da OAB-ES, Homero Mafra, disse que o pedido de afastamento de Temer deverá resultar em um pedido de impeachment feito pelo Conselho Federal.

“O presidente não reúne condições para ficar no cargo. Estarei na reunião. Meu sentimento é a Ordem encaminhar o pedido de impeachment ao presidente Rodrigo Maia. Seria um gesto de grandeza a renúncia”, disse.

A reunião irá avaliar medidas jurídicas cabíveis em face das notícias veiculadas pela imprensa acerca da realização de acordo de colaboração premiada entre integrantes do Grupo JBS, que envolvem suposta tentativa de obstrução da Justiça praticada por Temer na operação Lava a Jato. A decisão será divulgada após as 15h.

O Conselho Federal reúne 81 conselheiros federais das 27 seccionais.

CRISE POLÍTICA

OAB aponta crime e fala em impeachment

Comissão da Ordem diz haver fundamento para afastamento e que Temer tinha que ter comunicado notícia de corrupção de juizes

BRASÍLIA

Uma comissão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) criada para analisar as denúncias contra o presidente Michel Temer (PMDB) apresentou ontem parecer em que aponta haver indício preliminar de "suposta prática de crime de responsabilidade" por parte do peemedebista.

A comissão da OAB concluiu ainda que as condutas investigadas podem "dar ensejo ao pedido

de abertura de impeachment".

O documento ainda será analisado e votado pelo plenário do Conselho Federal da OAB, instância máxima da instituição, para que tome posição sobre o ocorrido.

A comissão foi formada logo após virem à tona os áudios e o teor da delação dos irmãos Joesley e Wesley Batista, donos da JBS, à Procuradoria-Geral da República.

"A comissão entende que, pelas condutas supostamente praticadas pelo presidente da República e investigadas perante inquérito no Supremo Tribunal Federal, é possível afirmar que essas condutas atentem contra o artigo 85 da Constituição Federal e podem, sim, constituir e dar ensejo a um pedido de abertura de um processo de impeachment", concluiu a comissão em parecer lido por um dos conselheiros que integrou o

colegiado, Flávio Pansieri.

Ele esclareceu que a comissão considerou que não houve, a partir do áudio analisado, aval de Temer para manter pagamentos em troca do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

No entanto, Pansieri disse que Temer tinha o dever funcional de comunicar às autoridades sobre informações a respeito de corrupção de servidores públicos.

A decisão sobre o pedido de impeachment será tomada por maioria dos 81 conselheiros federais que compõem o plenário da Ordem. São três representantes de cada estado e do Distrito Federal. Das 27 seccionais da OAB, 16 já se manifestaram pelo impeachment.

O advogado Gustavo Guedes, em nome de Temer, pediu mais tempo para apresentar defesa perante o Conselho Federal da OAB.



PANSIERI diz que Presidente tinha o dever de comunicar sobre a corrupção

AS POSSIBILIDADES



1 Renúncia

INTERINO

> CASO MICHEL TEMER abdique do cargo, assumiria interinamente o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Na impossibilidade de Maia assumir, os próximos da linha sucessória são o presidente do Senado, Eunício Oliveira, e do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia.

> QUEM ASSUMISSE teria 30 dias para convocar uma eleição indireta, já que é o que a Constituição estabelece, caso se passe mais da metade do mandato (que vai até 2018).

ELEIÇÕES INDIRETAS

> NAS ELEIÇÕES indiretas, deputados federais e senadores escolheriam o novo presidente, que exerceria o mandato até o final de 2018.

> EM PRINCÍPIO, pode se candidatar cidadão brasileiro maior de 35 anos, filiado a partido, com ficha limpa.

POLÊMICA NA VOTAÇÃO

> NÃO HÁ REGRAS atuais para o rito, e

especialistas acreditam que haverá polêmicas nesse sentido. A norma para eleições indiretas é de 1964 e prevê voto secreto de deputados e senadores. Porém, a Constituição de 1988 só admite o voto secreto em situações excepcionais que ela mesma diz quais são, e aí não está essa hipótese de eleição indireta.

2 Impeachment



SUCESSÃO

> NA HIPÓTESE de impeachment se aplicariam as mesmas regras de sucessão, com a diferença que o processo de impeachment é mais demorado. Até a noite de ontem, já havia oito pedidos de impeachment na Câmara dos Deputados.

PROCESSO

> O PROCESSO de impeachment, assim como aconteceu com a ex-presidente Dilma Rousseff, depende de autorização da Câmara e do julga-

mento do Senado.

> CASO A CÂMARA autorize e o Senado instaura o processo, Temer seria afastado por até 180 dias e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, assumiria o posto interinamente.



3 Ação contra chapa

RETOMADA DO PROCESSO

> O PROCESSO de cassação da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que vai ser retomado no dia 6, ainda é um risco para o presidente Michel Temer. A ação questiona gastos de campanha acima do limite informado pela Justiça Eleitoral.

VOTAÇÃO

> A ANÁLISE do processo será em quatro sessões. Antes, se previa que a maioria votaria pela não cassação da chapa e que poderiam ocorrer pedidos de vista para atrasar o julgamento.

POSSIBILIDADE DE ELEIÇÕES DIRETAS

> A REALIZAÇÃO de eleições diretas após o eventual afastamento de Temer depende da aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 227/2016), em tramitação no Congresso. No momento, a proposta está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Ela teve pedido de urgência aprovado e deve ser votado na próxima semana.

to. Agora, o cenário pode mudar, segundo preveem especialistas.

DIVERGÊNCIA

> SE HOUVER CASSAÇÃO, ainda há divergência entre juristas se a eleição se dará de forma direta ou indireta. Isso porque, se por um lado a Constituição Federal determina eleições indiretas no caso de vacância do cargo nos dois anos finais do mandato,

esse prazo é reduzido para seis meses no Código Eleitoral.

> O SUPREMO deve ser provocado a se manifestar sobre o tema



4 Ação per crime

SE A PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA entender que

crime no mandato atual (por plo de obstrução da Justiça mesmo envolvimento com orgão criminoso), pode oferecer denúncia contra o Presidente.

> NO ENTANTO, ela só chegaria com autorização de dois terços da Câmara. Ainda assim, o Supremo de acolher a denúncia para Temer vir réu, e então ele seria tado por 180 dias – prazo que tem para dar início ao julgamento condenado, Temer deixa o po

Fontes: Especialistas consultados e Estado e Folha.



lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes

**Advogado da JBS preso tem título de cidadão do Espírito Santo**

Preso quinta-feira pela Polícia Federal no Maranhão acusado de subornar o procurador da República Ângelo Goulart Villela, o advogado Willer Tomaz de Souza, quem diria, é cidadão espírito-santense. Proposta pelo deputado Enivaldo dos Anjos (PSD), a honraria foi conferida pela Assembleia Legislativa em dezembro do ano passado.

As raízes

Segundo divulgou a CBN Vitória, Willer Tomaz, que é advogado da JBS e ligado ao ex-deputado Eduardo Cunha, está inscrito na OAB do Ceará e do Distrito Federal, mas mantém um escritório e clientes ativos em Vitória.

Apoio militar

Fonte da coluna em Brasília conta que o presidente Temer reuniu-se ontem com o comandante do Exército e oito generais logo nas primeiras horas da manhã.

PF na Justiça

O Sindicato dos Policiais Federais do Espírito Santo entrou com um pedido de mandado de segurança na Justiça. Quer que nenhum policial federal no Estado cumpra missão ou participe de operação externa portando colete balístico fora do prazo de validade. Segundo o Sinpef-ES, a medida foi tomada porque os coletes masculinos estão vencidos desde março.

Alô, Judiciário e MP!

Quem são os dois juízes e o promotor que o *capo* da JBS subornou?

CRISE POLITICA

JBS deu dinheiro a 1.829 políticos

Maior financiadora das campanhas políticas de 2014, a JBS apresentou às autoridades uma delação em que acusa uma ampla gama de políticos, de governo e de oposição, incluindo o maior líder do PT, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e integrantes da cúpula do PSDB e do PMDB.

Ex-diretor de Relações Institucionais da empresa, Ricardo Saud entregou aos procuradores da Lava a Jato um balanço com, segundo ele, registro de propina a 1.829 candidatos eleitos.

Segundo ele, um montante de quase R\$ 600 milhões foi distribuído como pagamento indevido a 28 partidos, número que representa quase a totalidade de siglas existentes no País (35).

Saud disse aos investigadores que o dinheiro ajudou a eleger 179 deputados estaduais em 23 unidades da federação. Os repasses da empresa teriam contribuído ainda para a vitória de 167 deputados federais, 28 senadores e 16 governadores.

Para ele, os beneficiados sabiam da origem ilícita dos recursos. "É muito difícil não saber que o PT comprou o partido X ou Y, que o Aécio (Neves) comprou ou deixou de comprar tal partido", disse. "Se ele (o político) recebeu esse dinheiro, ele sabe que de um jeito ou de outro foi de propina".

De acordo a delação do empresário Joesley Batista, dono da J&F,

empresa que controla a JBS, os ex-presidentes do PT Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) receberam uma soma de US\$ 80 milhões em contas no exterior. O valor representa mais de R\$ 250 milhões, segundo conversão com taxa cambial de ontem.

CAPIXABAS

Há parlamentares capixabas na lista de políticos que teriam recebido doações da JBS: o deputado federal Sérgio Vidigal (PDT), R\$ 250 mil; a senadora Rose de Freitas (PMDB), R\$ 200 mil; o deputado federal Marcus Vicente (PP), R\$ 165 mil; e Lelo Coimbra (PMDB), R\$ 100 mil. Não há nenhuma acusação contra eles.

Por meio de nota, as assessorias dos deputados Sérgio Vidigal e Lelo Coimbra informaram que as doações foram legais, repassadas pelos diretórios de PDT e PMDB.

A assessoria da senadora Rose de Freitas informou que ela não recebeu doação da JBS nas eleições de 2014 e o deputado federal Marcus Vicente não foi localizado.

“Se ele (o político) recebeu esse dinheiro, ele sabe que de um jeito ou de outro foi de propina”

Ricardo Saud, ex-diretor de Relações Institucionais da JBS

Ministro capixaba recebeu R\$ 6 milhões, diz delator

Um dos donos da JBS, o empresário Joesley Batista, afirmou à Procuradoria Geral da República que acertou o pagamento de R\$ 6 milhões, a título de propina, ao ministro da Indústria e Comércio Exterior, o capixaba Marcos Pereira, presidente licenciado do PRB.

Procurado, o ministro disse em nota que as afirmações "não são verdadeiras" e que está "à disposição das autoridades para prestar os esclarecimentos necessários".

Na delação, Joesley Batista afirmou aos investigadores que foi procurado por Antônio Carlos Ferreira, um dos vice-presidentes da Caixa Econômica Federal, no processo final de uma operação da empresa junto ao banco.

Indicado pelo PRB, Antônio Carlos pediu, segundo Joesley Batista, R\$ 6 milhões, a serem destinados a Marcos Pereira e ao partido.

O empresário disse ter concordado com o pagamento e pediu que o próprio Marcos Pereira o procurasse.

Na sequência do depoimento, o delator afirma, então, que foi combinado diretamente com Marcos o pagamento desse dinheiro, em parcelas de R\$ 500 mil. Ao todo, segundo Joesley Batista, R\$ 4 milhões foram repassados.

"De tempos em tempos, ele me



MARCOS PEREIRA: envolvimento

cobrava, me mandava mensagemzinha: 'Tudo bem?' E aí eu já entendia o que era... né? Aí, a medida que eu ia conseguindo, eu combinava com ele", relatou Joesley.

O irmão de Joesley, Wesley Batista, também dono da JBS, reafirmou as informações em delação.

O ministro capixaba já é investigado por suposto recebimento ilegal de dinheiro da construtora Odebrecht. Segundo delação de executivos da construtora, o ministro recebeu R\$ 7 milhões para apoiar, em 2014, a candidata Dilma Rousseff na eleição.

OPINIÃO DA GAZETA

País soube atravessar tormentas dentro de normas constitucionais. De igual modo, colapso atual deve ser estancado com marcos legais

SAÍDA É PELA CONSTITUIÇÃO

A Constituição tem de ser o norte das lideranças republicanas em qualquer caminho que o país trilha na encruzilhada que ameaça derrubar mais um presidente da República. Vitorioso na remoção de 21 anos de entulho autoritário, o Brasil enfrentou dois impeachments após a redemocratização, experimentou governos que equalizaram estabilidade econômica, saúde fiscal e redistribuição de renda, além de ter sobrevivido ao populismo irresponsável e bolivariano da era petista.

Exitosas em duros testes, as saídas constitucionais balizaram soluções mais complexas da Nova República, a começar pela queda do primeiro presidente eleito pelo povo após a ditadura, Fernando Collor. Seguindo a Carta, assumiu o vice Itamar Franco, num pacto político de governabilidade nacional. Líder do Plano Real, que legou moeda forte, Fernando Henrique modernizou leis e

promoveu avanços institucionais, embora em meio à corrupção. Dispositivos constitucionais de 1988 foram rigorosamente seguidos no inédito julgamento de poderosos do mensalão de Lula, em cujo governo o país sucumbiu a níveis de corrupção sem precedentes – e que resultaram no petrolão, igualmente combatido na forma da lei.

Sustentado em fraude fiscal e estelionato eleitoral, o impedimento de Dilma Rousseff foi outra prova de fogo vencida por instituições democráticas, sem atalhos casuísticos. O vice Temer assumiu. Agora, sua iminente sucessão não pode seguir fórmulas salvacionistas, devendo o Congresso guardar cautela com emendas de eleições diretas. Para enfrentar os males desse amadurecimento acidentado, a nação novamente deve saber fugir a tentações de poder que criem monstros jurídicos ou interesses contrabandeados.



“

EU DIGO QUE...

“Cem por cento do meu negócio era com o presidente Michel”

Joesley Batista
Empresário dono da JBS, em delação premiada na qual acusa o presidente de receber propina

“Não estou em silêncio e tampouco ficarei”

Eduardo Cunha
Ex-deputado federal, afirmando que está exercendo seu direito de defesa após ter sido citado da delação de executivos da JBS